
AO JUÍZO DA xª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Autos de nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Fulana de tal, já qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio da Defensoria Pública do xxxxxxxx, no exercício da CURADORIA ESPECIAL, apresentada pela defensora pública que a esta subscreve, vem, perante este Juízo, apresentar

CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO

requerendo, desde logo, na forma das razões em anexo e ultimados os trâmites procedimentais de estilo, a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça e, ao fim, o não provimento do recurso interposto pelo Ministério Público.

Fulana de tal
Defensora Pública do xxxxxxxx

O escopo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, como se depreende da literalidade do art. 1º, é o de "assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania".

".

A partir dessa premissa, a referida lei instituiu, como regra, que "a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa" (art. 6º, caput) e que "a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas" (art. 84, caput).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência abandona a perspectiva puramente médica da deficiência e traz em seu bojo um conceito biopsicossocial, atrelado à dignidade da pessoa humana.

Nesse passo, alterou de forma significativa os art. 3º e 4º, do [Código Civil](#), que tratam justamente das hipóteses de capacidade civil. Assim, passou a se reconhecer como absolutamente incapazes somente os menores de dezesseis anos (art. 3º) e, como relativamente incapazes, (i) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; (ii) os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (iii) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; e (iv) os pródigos (art. 4º). E as hipóteses de incapacidade previstas na lei civil devem ser encaradas como taxativas. Equivale a dizer que não há espaço para interpretá-las de forma mais ou menos abrangente.

Considerando que o critério para se reconhecer um indivíduo como absolutamente incapaz é puramente etário, inviável seria eventual pretensão de que os requeridos sejam reconhecidos como tal, porquanto já atingiram a maioridade civil.

Inobstante a isto, importante salientar que, pela sistemática do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o instituto da curatela foi revestido de novos contornos, sendo considerada "medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível", restringindo-se aos "atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial" (art. 84, § 3º e art. 85, caput), resguardando-se ao curatelado "o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto" (art. 85, § 1º).

Isto porque" (...) na ótica civil-constitucional, especialmente à luz da dignidade humana (CF, art. 1º, III) e da igualdade substancial (CF, arts. 3º e 5º), as pessoas com deficiência dispõem dos mesmos direitos e garantias fundamentais que qualquer outra pessoa, inexistindo motivo plausível para negar-lhes ou restringir-lhes a capacidade "(FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: famílias. 10 ed. rev. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, p. 936).

Daí se dizer que a curatela da pessoa com deficiência tem cunho eminentemente protecionista e só será decretada em razão da reconhecida necessidade de se lhe preservar a dignidade e os interesses.

Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INTERDIÇÃO. DEFICIENTE. CURATELA. MEDIDA EXCEPCIONAL. LIMITES. MELHOR INTERESSE. I. A interdição, procedimento especial de jurisdição voluntária, visa a declaração da incapacidade parcial ou total da pessoa para prática de atos da vida civil, em razão da ausência ou da perda do discernimento para conduzir seus próprios interesses. II. A pessoa com deficiência mental ou intelectual deixou de ser considerada absolutamente incapaz, após o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n. 13.146/2015, também conhecida como Lei Romário. III. **A submissão da pessoa com deficiência à curatela constitui medida extraordinária**, que, quando imposta, deve ser precedida da exposição das razões e motivações de sua definição, conforme as necessidades e as circunstâncias de cada caso. IV. Em se tratando incapacidade fundada em critério subjetivo (psicológico), o julgador deve buscar aferir o grau da deficiência e o seu reflexo na vida do sujeito, para então estabelecer os limites da curatela, sempre sob a ótica civil e constitucional da necessidade do interditando. V. Deu-se provimento ao recurso. (Acórdão n.1005604, 20160310075346APC, Relator: JOSÉ DIVINO 6ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 22/03/2017, Publicado no DJE: 28/03/2017. Pág.: 413/435)

Sob tal perspectiva, há de se admitir que a extensão da curatela deva ser definida casuisticamente, **na medida necessária à preservação dos interesses do curatelado**. Vale dizer que há possibilidade de se graduar a curatela e restringir ou ampliar seu exercício de acordo com o caso concreto.

Verifica-se, portanto, que o que defende o Ministério Público vai na contramão do que estabelece o ordenamento jurídico e as convenções de direitos humanos sobre o tema.

Assim, deve ser mantida integralmente a sentença proferida pelo juízo de primeiro

III) DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer:

A) Que seja negado provimento à apelação interposta e que seja mantida a sentença do juízo de primeiro grau em todos os seus termos;

Por fim, pugna pela observância das prerrogativas funcionais dos membros da Defensoria Pública, sobretudo a intimação pessoal mediante entrega dos autos com vista e a contagem em dobro de todos os prazos processuais

Fulana de tal

Defensora Pública do xxxxx
